



## REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº \_\_\_\_\_, DE 2022.

(Do Sr. Bira do Pindaré)

Solicita Informações ao Ministro das Comunicações, Sr. Fábio Salustino Mesquita de Faria, sobre sua atuação na campanha do Presidente da República à reeleição, em especial em relação à coletiva de imprensa realizada no dia 24 de outubro de 2022.

**Senhor Presidente,**

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os artigos 115, inciso I, 116, inciso II, "b" e § 2º e 60, inciso III, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e com os artigos 9º, itens 4 e 7 e 13, item 1, da Lei nº 1.079/1950, solicito a Vossa Excelência seja encaminhado ao Ministro das Comunicações, Sr. Fábio Salustino Mesquita de Faria, o presente **PEDIDO DE INFORMAÇÃO**, solicitando informações sobre a sua atuação na campanha do Presidente da República à reeleição, em especial em relação à coletiva de imprensa realizada no dia 24 de outubro de 2022.

A consulta deve se dar nos seguintes termos:

a) Na coletiva de imprensa realizada no dia 24 de outubro de 2022, o Sr. Ministro apontou que *"a gente conseguiu mostrar ao longo desses dias o que o governo tem feito e saiu um pouco de desmentir diariamente fake news diariamente usando a TV e usando as inserções de rádio"*. A quem o Ministro se refere como *"a gente"*? É papel do Ministério das Comunicações *"desmentir fake news diariamente"*? Caso esse





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Liderança do PSB**

Apresentação: 26/10/2022 17:34 - MESA

RIC n.695/2022

seja um dos papéis do Ministério, isso se dá em razão de que dispositivo legal?

b) Na mesma entrevista coletiva, o Sr. Ministro aponta que *"na semana passada, nós recebemos uma denúncia de que rádios estariam publicando mais inserções do PT do que as inserções do Presidente Bolsonaro"*. Por que canal essas denúncias foram recebidas? Elas foram dirigidas ao Ministério das Comunicações? Qual o papel do Ministério das Comunicações em relação a esse tipo de denúncia? Há servidores do Ministério atuando para apurar esses fatos? Quantos deles? Em que áreas do Ministério? Essa atuação se dá em horário de expediente?

c) Ainda na coletiva do dia 24 de outubro de 2022, o Sr. Ministro aponta que *"nós tivemos uma grande discussão quando nós perdemos 118 direitos de resposta"*. A quem o Sr. se refere com o termo "nós"? A discussão mencionada envolveu quais autoridades? O Ministério das Comunicações solicitou algum tipo de direito de resposta a algum órgão eleitoral? Em relação a que situação?

d) Também na entrevista do dia 24 de outubro, o Sr. Ministro afirmou que *"a campanha do PT, principalmente no segundo turno, está com nível de fake news e um nível muito mais baixo, que não passa nem de longe, do que a nossa campanha que está muito mais propositiva"*. Que campanha é essa que está sendo mais propositiva? O Sr. Ministro se refere à campanha do Presidente da República? Qual o papel do Ministério das Comunicações nessa campanha? Há a participação de servidores do Ministério na elaboração de





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Liderança do PSB**

propostas de campanha ou peças de propaganda? Essa participação se dá em horário de expediente?

e) Também na mesma entrevista coletiva do dia 24 de outubro, o Sr. Ministro afirma que *"hoje, pela manhã, após essas denúncias, contratamos uma auditoria e hoje à tarde eu fui entregar informalmente para o presidente do TSE, nosso advogado já entrou com o primeiro pedido no TSE"*. Houve uma auditoria contratada pelo Ministério das Comunicações? Como se deu essa contratação? Qual a origem dos recursos utilizados? A entrega de eventual documento ao Presidente do TSE está nas atribuições do Ministro de Estado das Comunicações? O advogado referido como "nosso advogado" é um servidor do Ministério das Comunicações? É algum outro membro da advocacia pública federal? Caso não seja um servidor, porque o Sr. Ministro se refere a ele, no exercício do cargo, como "nosso advogado"?

f) Finalmente, ao final da entrevista coletiva, o Sr. Ministro afirma que *"(q)uero dizer a vocês que estão estarecidos com tudo o que tem acontecido, com o cerceamento, com a censura, que vocês precisam ir votar. Porque nós estamos sendo cerceados e o TSE vai investigar pra saber porque essas rádios fizeram isso"*. A quem o Sr. Ministro se refere como "nós"? Quem está sendo cerceado? Está nas atribuições legais do Ministro das Comunicações pedir votos a um candidato? Essa atuação é compatível com os princípios da Administração Pública?





## **JUSTIFICATIVA**

O Ministro das Comunicações, Sr. Fábio Salustino Mesquita de Faria, convocou, no último dia 24 de outubro, uma entrevista coletiva para que os jornalistas de todos os veículos pudessem “acompanhar a exposição de um fato grave”. A entrevista se deu no início da noite do mesmo dia 24, em frente ao Palácio da Alvorada.

Na oportunidade, o Sr. Ministro, ao lado do Sr. Fábio Wajngarten, Assessor de Comunicação da campanha à reeleição do Presidente da República, apresentou supostas denúncias de desequilíbrio na veiculação de inserções por rádios. Essas rádios estariam, segundo o Sr. Ministro, deixando de veicular inserções da campanha do Presidente da República, situação que, tendo chegado ao conhecimento do Ministro, teria sido encaminhada ao Tribunal Superior Eleitoral.

Chama a atenção, porém, ao longo de toda a entrevista coletiva, que o Sr. Fábio Faria, atual Ministro das Comunicações da República Federativa do Brasil, se posiciona como uma das partes interessadas. Ele o tempo todo utiliza expressões como “nós”, “nosso”, “nossa” se referindo, aparentemente, à campanha do Sr. Presidente da República à reeleição.





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Liderança do PSB**

Cumprе observar, apesar da obviedade, que, para que se engaje numa campanha política, qualquer Ministro de Estado deve se afastar do exercício do cargo, a fim de que não coloque a máquina pública a serviço da disputa eleitoral. Não é por outra razão que a legislação exige desincompatibilização para a participação nos pleitos eleitorais. O artigo 73 da Lei nº 9.504/1997, por sua vez, proíbe, em seu inciso III, que agentes públicos cedam servidor público ou usem de seus serviços para comitês de campanha eleitoral de candidato, partido político ou coligação, durante o horário de expediente normal, salvo licença.

A atuação de qualquer autoridade que coloque a máquina pública a serviço de interesses particulares é frontalmente contrária aos princípios da Administração Pública, enumerados no artigo 37 da Constituição da República e, especialmente, à vedação de promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos a partir das manifestações públicas de autoridades (§ 2º do mesmo artigo 37). Cuida-se de atuação que pode denotar, portanto, improbidade administrativa e consequente crime de responsabilidade.

Observe-se que, no caso em tela, cumpre esclarecer a postura do Ministro em suas declarações do dia 24 de outubro. Isso porque as falas do Ministro parecem denotar acentuada confusão entre público e privado, com o Ministro das Comunicações se referindo a si mesmo como um dos membros da campanha do Sr. Presidente da República. Se isso se confirmar, a realidade é que a máquina pública está a serviço de um dos candidatos e estamos diante de claro e evidente crime de responsabilidade por parte do Ministro das Comunicações, por força dos artigos 9º, itens 4 e 7 e 13, item 1, da Lei nº 1.079/1950, e do já mencionado artigo 37, § 2º, da Constituição da República.





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Liderança do PSB**

Da mesma maneira, importa salientar que o Requerimento de Informação a Ministro de Estado é instrumento apto a esclarecer o caso, a teor do que dispõem os artigos 60, inciso III e 116, inciso II, alínea "b" e § 2º, do Regimento Interno desta Casa. Em outras palavras, havendo possível crime de responsabilidade, cuida-se de fato que está expressamente inserido na esfera das atribuições de fiscalização e controle desta Casa.

Requeiro, assim, o encaminhamento do presente Requerimento de Informação ao Ministro das Comunicações, Sr. Fábio Salustino Mesquita de Faria, para que esclareça, nos termos requeridos, suas declarações do dia 24 de outubro de 2022, permitindo, assim, que esta Casa apure o eventual cometimento de crime de responsabilidade.

Sala das Sessões, em 26 de outubro de 2022.

**Deputado Bira do Pindaré**  
**PSB/MA**

Apresentação: 26/10/2022 17:34 - MESA

**RIC n.695/2022**

